TL 1880-3

2º CURSO DE INTRODUÇÃO À INDONÉSIA E

TIMOR LESTE

(componente nacional)

2ª LIÇÃO

1ª Parte

HISTÓRIA

A EXPANSÃO PORTUGUESA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO CRISTÃ
O COMÉRCIO DAS ESPECIARIAS E A CHEGADA DOS PORTUGUESES A TIMOR
O ESTABELECIMENTO DOS PORTUGUESES EM SOLOR E EM TIMOR
A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DE TIMOR: COMÉRCIO, RELIGIÃO...E ABANDONO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA: 1994.11.07
UNIVERSIDADE DO PORTO: 1994.11.09
UNIVERSIDADE DE LISBOA: 1994.11.12

A. BARBEDO DE MAGALHÃES
Professor Catedrático , Universidade do Porto
COMISSÃO ORGANIZADORA DAS JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

FEUP - Rua dos Bragas - 4099 Porto Codex
Fax: 351 - 2 - 200 21 48 Tel.: 351 - 2 - 204 17 10 / 204 17 56

HISTÓRIA

2.1 - A EXPANSÃO PORTUGUESA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO CRISTÃ

2.1.1 - O ressurgimento cristão e a expansão portuguesa

Com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, na sequência das invasões dos 'bárbaros', nomeadamente dos Hunos da Ásia Central, e dos Vândalos, provenientes do Leste, sob a pressão dos nómadas Alanos (também asiáticos), por um lado, e, por outro lado, com a invasão dos Árabes islamizados, através de Espanha a partir de 711 d.C., só parados em Poitiers pelo Imperador Franco Carlos Martel, em 732, o mundo católico romano reduziu-se praticamente à França, deslocada para nordeste das suas fronteiras actuais.

Nestas circunstâncias, a reconquista cristã tornou-se, aos olhos do Papado, uma necessidade imperiosa de sobrevivência.

A Coroação de Carlos Magno (ou Carlos o Grande, neto de Carlos Martel) em Roma, no dia de Natal do ano 800, como Imperador dos Francos e protector da cristandade, pode-se considerar como um sinal do renascimento cristão, ao abrigo não já do Império Romano, mas do Imperador Franco.

A reconquista cristã da Península Ibérica, e as cruzadas (desde os finais do séc. XI - com a conquista de Jerusalém em 1099 - até finais do séc. XIII) inserem-se neste movimento global de renascimento e expansão cristã, no quadro do qual nasceu Portugal.

Com a expulsão dos 'mouros' do Algarve, em 1249, em resultado da conquista de Faro e de Silves aos 'sarracenos' (por D. Afonso III), a expansão portuguesa por terra estava terminada. Castela e os restantes reinos peninsulares, (à excepção de Granada), eram 'cristãos', desde que em 1236 o Califado do Córdoba fora derrotado.

A única hipótese de expansão que restava aos portugueses era pelo mar. E esta foi claramente apoiada pelo Papado, que, através de numerosas bulas concedeu poderes ao Rei de Portugal sobre as terras descobertas (ou a descobrir), e conquistadas ou a conquistar aos 'infiéis'. Os indultos e perdões concedidos aos que participassem em tais empreendimentos eram a paga moral de Roma pelo serviço que tal representava para a cristandade, assegurando garantidamente a felicidade eterna nos céus, tal como a 'jihad islâmica' a assegurava e ainda hoje promete aos mártires da 'guerra santa' muçulmana.

Com a ascensão do Império Turco Otomano, e a sua expansão, em nome da 'guerra santa' islâmica, não só na Turquia mas pela Europa do Sudeste e Central, a partir do séc.XIV, e sobretudo no séc. XV (Bulgária, Sérvia, Grécia, Bósnia...), a ameaça islâmica voltava a assolar a Europa.

É neste quadro global que o Infante D. Henrique, nascido no Porto em 1393, inicia um estudo sistemático de navegação e rotas que pudessem abrir caminho ou à conquista de terras na posse dos mouros, ou a novas vias de expansão e comércio.

Dividem-se os autores nas suas opiniões quanto às intenções do Infante:

- conquistar praças mouras no Norte de África, como pretenderiam tantos nobres, desejosos de acrescentar terras e glórias aos seus brasões?

- ou descobrir caminhos de comércio com o mítico Oriente, sem passar pelos mercadores àrabes ou pelos Turcos Otomanos, isto é, pelos inimigos muçulmanos, como pretenderia uma classe burguesa cujo vigor ficou demonstrado na revolução popular-burguesa e nacionalista de 1383-85 que colocou no trono o Rei D. João I, pai do Infante?

Seja qual for a resposta a esta pergunta, o certo é que os estudos geográficos, cartográficos, astronómicos e das técnicas de navegação, bem como as viagens exploratórias iniciadas pelo Infante, rasgaram novos horizontes e abriram o caminho para ambos os empreendimentos.

D. João II, o Principe Perfeito, deu aos Descobrimentos o impulso final e decisivo que conduziria à descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, para as Ilhas das Especiarias e para o Brasil, de que seu filho, D. Manuel I, colheria os frutos.

A embaixada que, em 1514 o Rei D. Manuel I enviou a Roma, com um elefante, uma onça e outros animais exóticos, e vários índios com os mais ricos e vistosos trajes, e com numerosos presentes, é o símbolo do êxito alcançado, no interesse da Cristandade, servindo ao mesmo tempo de justificação para novos pedidos de apoio formulados ao Papa pelo Rei de Portugal.

2.1.2 O Domínio Peninsular e Católico do Mundo

A chegada de Vasco da Gama à Índia, em 1498, representa, no dizer de um escritor indiano, o começo de uma nova era: a era 'Vasco da Gama'.

De facto não era só uma nova via, o Caminho Marítimo para a Índia, que Vasco da Gama descobria e inaugurava. Era uma nova era em que a terra - definitivamente considerada redonda - se tornava pequena, e todos os continentes se punham em contacto através do mar.

Ao mesmo tempo o domínio árabe e turco dos contactos entre a Europa e o Oriente era destruído. Através de Portugal, primeiro, da Espanha, da Grã-Bretanha, da Holanda e da França, depois, a Europa Ocidental reagia às sucessivas invasões de povos asiáticos, dando inicio a uma era de dominação Ocidental de grande parte do planeta.

O Islão, suja morte cultural ocorrera, de forma dramática e ainda não completamente explicada, nos finais do século XII, continuava ainda a expandir-se militar e comercialmente, sobretudo para Oriente. Mas o Ocidente Cristão, reduzido a tão pouco no séc. VIII, utilizando muitos conhecimentos herdados dos árabes, renascia política e culturalmente. O Mediterrâneo, veículo de intercâmbios económicos e culturais que alimentaram e desenvolveram algumas das mais ricas civilizações do mundo, desde os Fenícios aos Gregos, aos Romanos e aos Árabes, em consequência das invasões dos Bárbaros, das Cruzadas e do avanço dos Turcos Otomanos e dos próprios Berberes e Beduínos Árabes nómadas, tornara-se um cemitério de grandes civilizações. O Atlântico e o Indico, mais vastos, iam-lhe tomar o lugar.

A conquista de Bagdade pelos Mongóis que, em 1258, pôs fim ao Califado - centro legítimo do Islão e símbolo da sua unidade - representa o fim de uma era da história muçulmana. A conquista de Granada aos Mouros, em 1492, por Isabel a Católica, de Espanha,

é, pois, o dobre de finados de uma Civilização Árabe preocupada com a justiça social, culta e tolerante, a que o Profeta dera uma enorme força e dinâmica.

Logo após a conquista de Granada, e na antevisão da descoberta do Caminho Marítimo para a Índia e das Américas - assuntos sobre os quais os reis de Espanha e de Portugal saberiam mais do que o que contam os cronistas, - a Bula Papal Inter Coetera de 1493, primeiro, e o Tratado de Tordesilhas, de 1494, logo a seguir, dividiram o Mundo ao meio, em duas grandes zonas de influência. Com a bula referida o Papa tentava evitar que as grandes descobertas gerassem lutas entre as duas mais poderosas nações católicas da época, e se tornassem um desastre para a Cristandade..Os direitos concedidos pelo 'representante' de Cristo na Terra eram suficientemente atractivos para evitar rupturas entre os reis de Espanha e de Portugal e a Igreja de Roma. A expansão da fé Católica tornava-se a justificação moral de um empreendimento que os desejos de lucro transformaram, muitas vezes, em autêntica pirataria. A benção da Santa Sé significava, para o mundo (católico) da época, o reconhecimento internacional.

Mas se estas medidas de apoio moral do Papa evitaram a guerra entre Portugal e a Espanha, não evitaram a Reforma Protestante, iniciada por Lutero, em 1517, e que rapidamente se transformou de reflexão teológica e de purificação da fé, numa guerra politico-religiosa de que as indulgências prometidas a quem comparticipasse nas despesas de construção da Basílica de S. Pedro, em Roma, foram o rastilho.

A Santa Inquisição, instalada em Espanha, em 1481, com a consequente expulsão dos judeus desse país, em 1492, por édito dos Reis Católicos, e mais tarde, em Portugal, a pedido insistente de D. João III, desde 1531, teve como resultado o decapitar da inteligência nacional, pondo fim ao engenho e ao espírito empreendedor dos povos peninsular. Alguns judeus emigraram para a Holanda e para outros países mais liberais e menos 'católicos', para onde levaram os seus conhecimentos e a sua experiência. Outros agonizaram nas prisões, sob os horrores das torturas, terminando alguns na fogueira enquanto os seus bens alimentavam a riqueza de quem os julgava e condenava.

Deste modo os sonhos de desenvolvimento económico e cultural que os Descobrimentos deveriam, proporcionar, transformaram-se na cinzenta tristeza de povos amordaçados e sem brilho... Os muito piedosos reis peninsulares encarregaram-se assim, mais uma vez com o apoio - ainda que pouco entusiástico - de Roma, de retirar à Expansão grande parte do seu alcance e possível significado.

2.2 O COMÉRCIO DAS ESPECIARIAS E A CHEGADA DOS PORTUGUESES A TIMOR

2.2.1 - O Plano da Índia e o monopólio do comércio das especiarias

Fossem quais fossem os objectivos primeiros dos descobrimentos, religiosos, políticos, económicos ou até científicos, o certo é que custavam dinheiro e importava rentabilizá-los. Quer o monarca, quer os comerciantes e banqueiros, como o florentino Bartolomeu Marchioni, estabelecido em Lisboa, que equipou a Nau Santiago da frota que levou Vasco da Gama à Índia, desejavam tirar lucro de tão grandes e arriscados investimentos.

Grande parte dos primeiros contactos dos portugueses com o Samorim de Calecute e, depois, com povos e reis da Insulíndia, foram, senão fáceis, pelo menos relativamente pacíficos.

Mas a rentabilização do empreendimento das descobertas e o objectivo político-religioso de enfraquecer os muçulmanos, implicava estabelecer o controlo das rotas marítimas e, tanto quanto possível, o monopólio do comércio das especiarias.

Com esse objectivo, Afonso de Albuquerque foi nomeado Vice-Rei da Índia, em 1508 (onde sucedeu ao 1º Vice-Rei, D. Francisco de Almeida) e incumbido de fechar a entrada do Mar Vermelho aos mouros, e de estender e consolidar o controlo do comércio marítimo da Índia e do Extremo Oriente para a Europa. Era o Plano da Índia.

Com esse objectivo incendiou frotas inimigas e destruiu cidades, como Curiate, Mascate e Calaiate, no Golfo Pérsico, conquistou Ormuz em 1507 (ainda antes de chegar à Índia), à entrada do Mar Vermelho, tomou Goa, na Índia, em 1510, e em 15 de Agosto de 1511 conquistou o importantíssimo porto de Malaca, que controlava o comércio com o Extremo Oriente, isto é, com a China e com a Ilhas das Especiarias.

A partir daí grande parte do comércio da Europa com a Índia e o Extremo Oriente passou a estar sob controlo de Portugal, que concedia apenas um número limitado de licenças a navios de outros países e cobrava taxas a quem quisesse comerciar.

Para consolidar a presença portuguesa, Afonso de Albuquerque mandou construir fortalezas em lugares estratégicos.

Como o número de portugueses na Índia e no Extremo Oriente era muito reduzido - aliás a população portuguesa em 1500 seria apenas da ordem do milhão de pessoas - favoreceu os casamentos mistos, nomeadamente com mulheres indianas, dando assim origem a uma população luso-tropical 'legítima' e, por isso, mais portuguesa.

2.2.2 - Primeiros Contactos com as Ilhas das Especiarias

Poucos meses depois da conquista de Malaca, em finais do mesmo ano de 1511, Afonso de Albuquerque enviou uma armada, de três navios, comandada por António de Abreu, em demanda da Ilhas das Especiarias ou das Molucas.

De acordo com o Comandante Humberto Leitão esta designação engloba três grupos de ilhas:

a) O grupo das Molucas propriamente ditas, formadas pelas ilhas de Ternate, Tidore, Moutel, Maquiem e Bachão;

b) O grupo de Amboino, com as ilhas de Ceram, Amboino (Molucas do Sul) e Bouro, e ainda Ambelau, Manipa, Quelang, Bonca, Ceram Laut, Haracu, Sapora, Nusa Laut e alguns ilhéus, e

c) O grupo de Banda, com nove pequenas ilhas, a maior das quais sendo a de Lontar ou Grande Banda.

Embora a maior parte das ilhas das Molucas sejam muito pequenas, a sua importância era enorme por nelas crescerem espontaneamente as plantas das especiarias. O grupo das Molucas produzia o cravo, ao passo que as ilhas de Banda forneciam a noz moscada.

No seu caminho para as Ilhas das especiarias António de Abreu terá seguido uma rota habitual, já conhecida dos seus guias. Ao que tudo indica, todas ou parte das três embarcações da sua armada - que tinha ordens estritas para não se envolver em qualquer conflito, a menos que fosse directamente atacada - terão parado em Sumatra, Java, Bali e Sumbawa (ou

Sumbava), rumando depois às ilhas de Amboino, de Ceram e de Banda. Timor ficou para Sul da rota, para lá das ilhas de Lomblem, Pantar, Alor e Vetar, como era habitual.

No regresso a Malaca, os navios de António de Abreu terão, mais uma vez, passado tão longe de Timor que nem devem ter visto a ilha. Quanto às do grupo de Solor, isto é, Adunara, Solor e Lomblem, embora avistadas, não terão sido tocadas.

Só em 1515, e com o objectivo específico de adquirirem o melhor e o mais famoso sândalo do mundo, é que terão desembarcado em Timor os primeiros portugueses. Feitas as trocas comerciais, numa das baías, já bem conhecidas de mercadores malaios, de alguns chineses e até, provavelmente, de mercadores árabes, os portugueses terão regressado ao entreposto de Malaca.

Entretanto Francisco Serrão, comandante de uma das naus da frota de António de Abreu, naufragou no regresso, vindo mais tarde a ser conduzido ao Rei de Termate, do qual se tornou conselheiro (até morrer, em 1521, juntamente com o Rei, ambos envenenados pela filha do Rei de uma ilha próxima - Bachão). Deste modo se iniciou o comércio dos portugueses com as Ilhas das Especiarias, que era um dos principais objectivos visados pelos Reis de Portugal ao empreenderem a descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, e ao promoverem a política de Afonso de Albuquerque para a Índia e a Insulíndia.

Já o controlo do comércio do Mar da China Meridional, também tentada pela força pelos portugueses, esse fracassou, com as derrotas infligidas pelas frotas Chinesas em 1521 e 1522. Só a cedência pela China do minúsculo território de Macau, em 1557, permitiu apoiar o comércio Português na região, ao mesmo tempo que facultava um relativo controlo da pirataria, como era, aliás, do interesse dos próprios Chineses. Foram estes, no entanto, quem fixou as condições em que Portugal podia utilizar o porto de Macau, e não os portugueses a impô-las.

historiadores estão de acordo sobre essa matéria. O certo é que em 1558, ou mesmo um pouco antes, um rei de Timor já convertido ao Cristianismo escrevera para a diocese de Goa a pedir o envio de algum padre para converter o resto do povo do seu reino.

De notar que, de acordo com o espírito da época, a conversão dos reis locais ao Catolicismo significava também tornarem-se vassalos do Rei de Portugal. Mas essa vassalagem a um soberano tão distante era, por certo, bem mais suave do que aquela que imporiam outros Reis ou Imperadores mais próximos, que disputavam o controlo da região, nomeadamente o Rei de Macassar ou o Sultão de Ternate.

2.3.2 - As lutas movidas pelos holandeses e a passagem da capital para Lifau, em Timor

Quando os portugueses começaram a missionar nas Ilhas de Solor e em Timor, já os 'mouros' tinham construído fortalezas, na ilha de Adunara, nas povoações de Torrão, (na costa Sul) e de Dunara ou Adunara (na costa Norte), a fim de se protegerem a si mesmos e ao seu comércio na região. No entanto, a grande maioria da população, mesmo nessa ilha, continuava a ser animista. Com o passar dos anos, crescia a cristandade nestas terras, mas também novas conversões ao islamismo se verificavam, nomeadamente noutras ilhas e em portos e cidades importantes visitadas por mercadores Árabes ou Chineses islamizados. O Rei de Macassar, por exemplo, no Sul da Ilha das Celebes (ou Sulawesi) torna-se, muçulmano em 1605.

As guerras entre reis locais, frequentes nestas paragens como o eram na Europa, nas Américas, no Japão e, afinal, quase por todo o mundo, passaram a ter mais um pretexto: - além das revoltas contra abusos dos intrusos, que muitas vezes opunham as populações locais gentílicas aos portugueses e aos cristãos por estes convertidos, vieram-se a juntar as guerras instigadas por muçulmanos e por mercadores árabes, contra os católicos e mercadores portugueses.

Em 1598, quando Portugal era governado por Filipe III de Espanha, estala uma grande revolta. Muitas das 18 Igrejas de Solor e das Flores foram destruidas por revoltosos gentílicos e muçulmanos. Cerca de 25 000 (vinte e cinco mil!) católicos, na sua grande maioria autóctones) terão perecido na luta, que se prolongou por mais de seis meses, até Março de

1599. Em 1601 foi a vez de um rei da Ilha das Flores, com o apoio do Imperador de Macassar, tentar, sem êxito, expulsar os portugueses das Ilhas de Solor.

Em 1581, a República das Províncias Unidas declara a separação da Holanda, predominantemente Protestante, da Espanha, Católica. Filipe II de Espanha, que a partir de 1580 passara a governar também Portugal, reage, proibindo ao navios das Províncias Unidas de entrar em portos do domínio Espanhol (os portugueses incluídos).

Em 1585 é concluída uma aliança entre a Inglaterra e a Holanda, para se opôr à Espanha. A partir daí a presença portuguesa, não só em Solor e Timor, mas noutras zonas costeiras da Ásia, da África e da América, conta com dois opositores de respeito. Aos corsários, apoiados pela Rainha Isabel I de Inglaterra (como Francis Drake, saído de Londres em Dezembro de 1577), seguem-se sucessivas armadas destes dois países, com fins exploratórios, primeiro, e de conquista, depois.

Em 1596 aportam, pela primeira vez, no porto de Bantam (ou Bantão), onde se situa Jakarta, os primeiros navios holandeses. São bem recebidos pelos portugueses aí residentes, para quem a Holanda, enquanto inimiga de Espanha, seria uma aliada de Portugal, ocupada pelos usurpadores reis espanhóis. Mas em Fevereiro de 1605 os holandeses tomam a fortaleza portuguesa de Amboino, nas Molucas (do Sul), e, em Maio, a de Tidor (nas Molucas do Norte). Em 1613 conquistam a fortaleza de Solor, que perdem e reconquistam de novo cerca de 1617, para voltarem a perder pouco depois.

Em 1641, enquanto em Portugal se luta pela Restauração da Independência, o importantíssimo porto de Malaca é conquistado pelos holandeses. O seu Bispo refugia-se em Timor. A partir dessa altura fica aberto o caminho à expansão Holandesa na região, enquanto os portugueses vão perdendo terreno.

Tendo sabido da queda de Malaca, o Rei muçulmano de Teló, súbdito do Imperador de Macassar, decidiu (com uma armada com seis mil homens) atacar e saquear Larantuca. O Capitão-Mor português, Francisco Fernandes, começou por retirar para o interior, mas depois acabaria por escorraçar os invasores. De Larantuca, na ponta Leste da ilha das Flores, o mesmo Rei de Teló seguiu para Timor, onde, durante três meses, saqueou grande parte das zonas costeiras, levando consigo para Teló não só muito ouro, prata e sândalo, mas também cerca de 4 000 cativos.

Um dos reinos mais destruídos pelo Rei de Teló fora o de Mena, a quem Frei António de S. Jacinto, acompanhado de dois irmãos religiosos e setenta soldados armados de espingardas, foi depois prometer protecção. A Rainha converteu-se ao Cristianismo

arrastando consigo o seu povo. Logo a seguir é a vez da Rainha de Lifau se converter e ser baptizada. Perante as ameaças reais dos soberanos mais próximos (alguns dos quais já islamizados, como o Rei de Teló e o Imperador de Macassar) e a suzerania teórica de um Rei longínquo, misterioso e Católico, que poderia oferecer alguma protecção, estas Rainhas optavam pela segunda solução. Era a que lhes permitia continuar a viver mais tranquilamente as suas vidas, ainda que num quadro religioso nominalmente diferente.

Em 1651 os holandeses conquistam o porto de Kupang (ou Cupão), na ponta ocidental de Timor.

Em 1661, a fim de pôr termo Às hostilidades entre holandeses e portugueses, foi assinado um Tratado de Paz. Os holandeses reconheciam a soberania Portuguesa na maior parte da Ilha de Timor e em Solor, mas Portugal reconhecia a posse de Cupão, pelos holandeses.

Na sequência deste acordo, os portugueses mudaram para Lifau (em 1662) a sede do seu domínio na região (antes estabelecida em Larantuca).

2.4 - A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DE TIMOR - COMÉRCIO, RELIGIÃO... E ABANDONO

2.4.1 - Timor. Terra de Sândalo e de Missão.

Durante cerca de século e meio as ilhas de Solor e de Timor estiveram sob controlo da Igreja, mais precisamente dos padres dominicanos, que exerciam o múnus espiritual, construíam Igrejas e fortalezas e, por vezes, até participavam activamente nas guerras que de tempos a tempos estalavam na região.

Períodos houve em que contaram com o auxílio de Capitães-Mor, nomeados pelo Vice-Rei ou pelo Governador da Índia, ou pelo próprio Vigário Geral das Cristandades de Solor e Timor. Não havendo Capitão Mor eram os frades, ou algum topázio (mestiço), quem assumia as tarefas e responsabilidades da defesa militar do território.

Até 1693 as ilhas de Solor e Timor são "governadas" por Capitães-Mor. Mas de facto, são os dominicanos e duas famílias de mestiços quem manda nestes territórios.

Em 1693 o mestiço António Hornay, Capitão-Mor e "senhor" de Timor morreu. Quando, no ano seguinte, o Vice-Rei da Índia toma conhecimento do seu falecimento, aproveita para nomear o 1° Governador de Solor e Timor, António Mesquita Pimental (1695). Este, depois de um período relativamente curto e conturbado em Timor, acaba por ser forçado a sair, indo preso para Macau.

Em 1698, um outro mestiço, Domingos da Costa, prende em Larantuca o 2° Governador nomeado pelo Vice-Rei, António Vieira, impedindo-o sequer de chegar a Lifau para tomar posse do cargo. Há dúvidas se Domingos da Costa actuaria por conta própria ou a mando ou, no mínimo, com a conivência dos dominicanos.

O certo é que só em 1702 é que o terceiro Governador, nomeado, em 1701, General António Coelho Guerreiro, consegue desembarcar em Lifau e tomar, efectivamente, conta do cargo, graças à intervenção de Frei Manuel de Santo António. Torna-se assim o primeiro Governador Português de Timor e Solar.

De facto, durante muito mais tempo, os Governadores de Timor vão ter um poder relativamente reduzido. Os mestiços ou topázios, por um lado, e os dominicanos ou, dum modo mais geral, a Igreja, por outro, continuam a desempenhar um papel fundamental. Pelo menos até à extinção das ordens religiosas, em 1834, pelo Regime Liberal implantado em Portugal.

Durante todo o tempo de permanência dos portugueses os "Liurias" (reis gentílicos) mantiveram sempre o seu prestígio, e grande parte do seu poder continuou a ser reconhecido e aceite pelos respectivos povos. Apesar de numerosas lutas contra régulos menos submissos, a autoridade portuguesa foi sempre limitada, e sujeita a alianças com as autoridades tradicionais, mesmo quando o objectivo era aniquilar o poder de outros reis e povos timorenses. A presença portuguesa em Timor foi sempre reduzida e relativamente fraca, e não teria sobrevivido sem essas alianças com reis locais.

Entretanto os holandeses continuaram a conquistar terreno, na zona Ocidental de Timor. Em 1769, depois de Lifau (no Oe-Cussi) ter sofrido um penoso cerco de populações indígenas, aparentemente apoiadas pelos holandeses, a capital é transferida para Díli, terra pouco salubre e de mau clima, mas com uma baía que formava um bom porto natural.

Até 1834 Timor foi, basicamente, uma terra de sândalo e de missão. Progresso económico, quase não o conheceu. Culturalmente, só a Igreja ia desenvolvendo uma acção lenta, confinada às zonas de influência das missões, e ao sabor das conversões e desconversões dos povos autóctones.

A administração portuguesa, por seu lado, ora desempenhava o papel de árbitro nas lutas entre senhores locais, ora se envolvia nessas lutas, tentando enfraquecer os reinos mais independentes, para manter um controlo, ainda que meramente simbólico, da parte restante da ilha.

2.4.2 - Timor, Terra Abandonada

Longe de Portugal, dependente da Índia, ou, mais tarde, de Macau, colónia de outra colónia, Timor era, sobretudo, uma terra de abandono.

Não tendo sido objecto de qualquer verdadeiro plano de desenvolvimento, não tendo sido objecto de qualquer programa efectivo de produção agrícola, de exploração mineira ou

de exportação de escravos (ao contrário do que acontecera no Brasil e nas costas Africanas), o território de Timor tornara-se permanentemente deficitário. A tal ponto que em 1851 o Governador Lopes Lima 'vendeu' as ilhas das Flores, de Solor, de Lombem e outras ilhas adjacentes ao holandeses por 200 000 florins (80 000 dos quais já antes cedidos pela Holanda ao Governador de Timor como empréstimo...). Portugal acabava de sair de um longuíssimo período de cerca de cinquenta anos de guerra civil quase permanente e, por isso, apesar do parecer contrário do Conselho Ultramarino, o Governo de Lisboa considerou inviável opôr-se à transacção efectuada pelo Governador de Timor, e acabou por a ratificar. A Holanda tornara-se muito poderosa, e Portugal estava tremendamente enfraquecido, nos meados do século passado. O Governo considerava que se não aceitasse o acordo firmado pelo Governador Lopes Lima, a Holanda manteria pela força o seu domínio daquelas ilhas, sem que o País a pudesse de lá expulsar...

Quem não aceitou bem essa mudança de soberania foram os larantuqueiros. Só o Padre Gregório - mais uma vez, a Igreja Católica... - é que conseguiu acalmar os ânimos. O próprio rei timorense de Lifau - que se considerava com direitos de soberania sobre as ilhas cedidas aos holandeses, - incitava os larantuqueiros a resistir aos novos senhores.

No quadro de abandono em que Timor e as ilhas de Solor se encontravam, os reis locais tinham uma força e um prestígio que se sobrepunha, muitas vezes, ao da autoridade colonial. Talvez fosse essa, afinal, a principal qualidade do colonialismo português, que, por ser tão diluído, permitia aos diferentes povos timorenses, aos seus reis e autoridades tradicionais, continuar a viver de acordo com as suas tradições e costumes. Só a Igreja Católica e os seus membros detinham um poder efectivo junto das populações, não só das cristalizadas mas, muitas vezes, também junto das não convertidas.

Porto, 5 de Novembro de 1994

A. Barbedo de Magalhães